



A ABORDAGEM DA ÁFRICA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

Ester Cardoso dos Santos¹

Estercardoso95@hotmail.com

Israel Esteban Muñoz da Costa²

Israel.geografia16@gmail.com

Carlos Alberto Oliveira Batista Júnior³

Carlos.alberto4@hotmail.com

Resumo

Este artigo objetiva identificar as diferentes abordagens de questões etnicorraciais, principalmente, sobre assuntos referentes ao continente africano, nos livros didáticos de geografia do nível fundamental, sendo estes um importante instrumento no processo de ensino e aprendizagem, responsável pela difusão de ideias e pensamentos. Os livros utilizados foram do 8º e 9º ano de coleções distintas e a análise se encaminhou a partir dos eixos: A representação da África no que se refere sua importância para o mundo; a abordagem da África inserida nas relações etnicorraciais de acordo com a Lei 10.639/2003. Entende-se a geografia escolar com um grande potencial para tratar de forma mais positiva aspectos da história da África, contrariando uma propagação da construção historiográfica do continente baseada em uma visão de inferiorização do mesmo. Além disso, o artigo demonstra por meio do referencial teórico as discussões feitas por diferentes autores sobre a temática, confirmando os grandes equívocos que são propagados até hoje sobre as culturas afrodescendentes, mesmo com 15 anos da implementação da lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história da África e cultura afro-brasileira no currículo nacional. A partir da implementação da lei, a abordagem da história e cultura afro-brasileira é mais frequente nos conteúdos geográficos representados no livro didático, entretanto, observa-se que ainda há um longo caminho a percorrer para que a lei se efetive de fato no ambiente escolar, pois as representações da África ainda estão muito atreladas a uma visão negativa. Sendo um dos requisitos da lei representações positivas no que se refere à história dos afrodescendentes. Além disso, nota-se que assuntos como preconceito e discriminação racial ainda são pouco citados nos livros. A maior visibilidade desses temas possibilitaria a contribuição de uma sociedade mais justa e igualitária que é um dos objetivos da lei 10.639/03.

Palavras-chave: ERER; África; livro didático.

¹ Estudante de Licenciatura em Geografia – IFPA campus Belém / 6º período.

² Estudante de Licenciatura em Geografia – IFPA campus Belém / 6º período.

³ Estudante de Licenciatura em Geografia – IFPA campus Belém / 6º período.

Introdução

Compreende-se a geografia escolar com importante papel social por tratar das relações existentes no espaço geográfico, interferindo na formação dos alunos como cidadãos, porém a partir da disciplina Educação para as Relações Etnicorraciais - EREER, ministrada pela professora Msc. Helena Rocha no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA *campus* Belém notou-se que temas como a questão etnicorracial, ou mais especificamente, o continente africano, incluindo seus povos culturas e civilizações são pouco falados e quando falados, na sua maioria são erroneamente difundidos, mesmo com a lei mesmo com a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história da África e cultura afro-brasileira no currículo nacional.

Abordar estas questões etnicorraciais no ambiente escolar é importante para o combate de práticas discriminatórias, sendo o livro didático um importante instrumento com potencial minimizador de preconceitos e desigualdades sociais. A África, por exemplo, é demonstrada na maioria das vezes por um viés negativo tratando do continente apenas aspectos que o inferiorize, como fome, extrema pobreza, doenças entre outros, persistindo até hoje uma visão eurocêntrica do continente africano. Partimos da hipótese que a África é representada, geralmente, de forma negativa embasada na corrente historiográfica da inferioridade africana, que mesmo com a implantação da Lei o processo de adequação dos livros didáticos ainda é lento, visto que já temos 15 anos desde que a lei foi implementada e pouca coisa mudou.

As questões que norteiam o trabalho são: como é a abordagem depois da lei 10.639/03 - nos livros didáticos de Geografia? A partir da disciplina EREER é possível analisar os livros didáticos? A África nos livros didáticos de Geografia é vista de maneira positiva? O artigo objetiva, de modo geral, demonstrar a carência das relações étnico-raciais no livro didático de Geografia. Os objetivos específicos visam verificar a abordagem de EREER no livro didático de geografia após a implementação da Lei 10.639; perceber a formação docente a partir da disciplina EREER no IFPA *campus* Belém como uma preparação para a análise de livros didáticos; identificar como é a abordagem da África nos livros didáticos de geografia.

Este artigo é composto de quatro partes. Na primeira tratamos de apresentar, de uma maneira geral, todo o conteúdo que será abordado no artigo, fazendo uma breve introdução. Na segunda parte, tratamos de alguns autores que abordam sobre o assunto de EREER nos livros didáticos: Diversidade etnicorracial (GOMES, 2005), legislação e correntes historiográficas e



tomá-los como base para futuras interpretações. Após a análise dos autores temos as Discussões e resultados que é a terceira parte do trabalho, onde será discutida as questões analisadas a partir do livro didático, fotos e recortes de texto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Diversidade Etnicorracial.

As diversidades fazem parte da natureza humana, cada indivíduo carrega consigo uma carga cultural, social e biológica diferente, organizando a sociedade em agrupamentos a partir de características semelhantes. Dentro do estudo de ETER, nos deparamos com variados termos que são utilizados por diversos autores, cada um com seu significado e suas interpretações. Nas discussões sobre as relações etnicorraciais frequentemente são utilizados termos importantes como raça, racismo, etnia, preconceito e discriminação, porém muitas pessoas se apropriam destes sem saber seu real significado. Nilma Gomes (2005) esclarece e conceitua alguns como Raça, a que devemos compreender que não se refere apenas ao conceito biológico de raças humanas, que muito comumente foi usado em contextos de dominação, um conjunto de características que determinam inclusive a cor da pele que foi criado pelos europeus com a intenção de ser uma raça superior as outras. O Termo Etnia segundo o texto de Nilma Lino Gomes (2005) refere-se a um grupo social que se define por questões da comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e territórios, não apenas por características biológicas, mas pela junção de todos os itens anteriores. A etnia é um outro conceito que é usado para definir ancestralidade, o pertencimento étnico e racial dos negros e de outros grupos sociais. Segundo os textos de Nilma Lino Gomes, é muito comum confundirmos os termos racismo, preconceito e discriminação, o que devemos ter em mente é que o racismo parte de uma aversão a uma outra raça, partindo das características observáveis, cor da pele, tipo de cabelo, já o preconceito é algo impregnado em nossa sociabilidade e subjetividade que desperta em algum momento, a discriminação é a materialização desse preconceito que consegue o canal para se deslocar e ferir o outro.

Legislação

Em 2003 é assinada a lei 10.639 que torna obrigatório o ensino da história da África e cultura afro-brasileira e indígena, sendo um marco para as questões etnicorracial na educação

brasileira, apesar da implementação da lei acontecer só em 2003, muitos foram os movimentos em prol do reconhecimento desses grupos sociais no currículo nacional. Desde de 1930 a Frente Negra Brasileira lutava por uma educação que contemplasse a história da África e dos povos negros.

Além dos diversos movimentos que tiveram grande influência na implementação da lei 10.639/03, acontece em 2001 a III conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância, em Durban na África do sul, havendo uma pressão externa sobre o Brasil de se retratar de uma dívida histórica com o negro no país. A implementação da lei 10.639/03 nas escolas, demonstrando aos professores como aplicá-la só acontece em 2004 a partir das diretrizes curriculares nacionais, por meio do parecer e da resolução do Conselho Nacional de Educação. Em 2007 é feita uma averiguação da efetivação da lei no âmbito escolar e nota-se que mesmo com o avanço de uma lei que ofereça visibilidade para as questões etnicorraciais, ainda existem entraves para a sua aplicação, um dos principais é a inadequação do material didático com discursos de inferiorização da África partindo apenas de um viés negativo, sendo assim, ainda há muito a ser feito à mitigar essa problemática.

Segundo o plano nacional de EREER (2011, p. 65) deve-se “reforçar junto às comissões avaliadoras e analistas dos programas do livro didático a inclusão de conteúdos referentes à Educação das Relações Étnico-Raciais e à história e cultura afro-brasileira e africana nas obras a serem avaliadas”. É primazia, então implementar nos Programas Nacionais do Livro Didático ações que possibilitem aos sistemas de ensino trabalhar questões culturais, principalmente no que se refere a cultura negra e indígena. Além disso, reforçar que a análise dos avaliadores e analistas dos programas de livro didático devem incluir em seus critérios de escolha a abordagem de conteúdos referentes à Educação das Relações Étnico-Raciais e a história e cultura afro-brasileira e africana. Um dos principais critérios quanto a construção de uma sociedade democrática é a promoção positiva da imagem de afrodescendentes e cultura afro-brasileira, abordando temáticas sobre as relações etnicorraciais.

Correntes Historiográficas

A construção da história da África acontece de forma diferenciada de acordo com os interesses de quem a produz em determinados contextos. A produção das historiografias africanas ainda possui como base as relações de poder, enfatizando as abordagens que



representam tanto a dominação territorial, quanto a populacional. Sendo assim, a África possui diversas representações. Para o cientista social guienense Carlos Lopes (apud MALAVOTA, 2011) existem três correntes historiográficas que classificam as produções acerca da África, são elas: Inferioridade Africana, superioridade Africana e a Nova escola dos estudos Africano.

A partir da perspectiva da inferioridade africana os povos desse continente eram vistos destituídos de história, esta visão contribuiu para o discurso racista que justificava a exploração da África pelas potências europeias. Alguns autores falam que a África foi inventada, pois partindo dessa corrente, as construções historiográficas são sempre externas ao continente, partindo de uma visão daqueles que colonizaram e exploraram os africanos, a visão do continente é na maioria das vezes generalizante. Assim, a visão que se constitui da África é repleta de preconceitos, pois está fundamentada em uma categorização humana que estabelece a superioridade europeia, criando-se uma hierarquização das raças, atribuindo a elas diferentes níveis de evolução biológica, intelectual e dentre outros. Esses discursos se apoiaram num conhecimento reconhecidamente científico atribuindo veracidade para os equívocos difundidos sobre o continente africano.

A corrente da superioridade africana ganhou enfoque principalmente em meados do século passado, mais especificamente durante o período pós segunda guerra. Seu objetivo está voltado na valorização do estudo do continente africano e de suas populações olhando por outras visões na construção e contribuição para a civilização humana até os dias atuais. Entretanto, essa nova visão foi construída por estudiosos africanos e não construídas por estudiosos eurocêntricos, ou seja, é uma corrente que será construída por uma visão de dentro para fora do continente africano.

Esses estudos estão ligados a outra análise pautada para algo positivo que o continente africano interferiu na historiografia do mundo, é na verdade uma quebra de paradigma que o continente só há pobreza, fome e problemas sociais, levando-se em conta grande parte de seu território. A partir da década de 60, esses contextos africanos enaltecem estudos em áreas científicas como a sociologia, geografia, literatura, antropologia, ciência política, filosofia e entre outras. Que resultou na interdisciplinaridade entre essas ciências, uma se interligando com outras.

Outra corrente historiográfica é a Nova escola dos estudos Africano que se refere a estudos recentemente abordados sobre a história da África. Foi desenvolvida a partir da década

de 80 e é o mais complexo estudo que envolve este continente em relação as duas anteriores mencionadas (corrente da inferioridade e a da superioridade). Essa abordagem relacionada de forma transversal as duas correntes que abordamos antes, no qual agora a visão eurocêntrica e a afrocêntrica se correlacionam no intuito de desenvolverem conhecimento para o mundo, ou seja, analisar e compreender toda a história mundial fundamentada numa perspectiva exógena e endógena. Essa abordagem dessa nova escola tem como finalidade juntar o conhecimento de teóricos de diferentes nacionalidades.

Diversidade Etnicorracial no Ensino de Geografia

A partir da lei 10.639/03 o estudo das diversidades etnicorraciais passam a ter maior visibilidade no âmbito escola, porem existe uma grande dificuldade da sua aplicação, pois muitos são os empecilhos para que isso ocorra. Um importante entrave é a inadequação dos materiais didáticos, principalmente os livros, que retratam essas questões de forma equivocada.

Os autores Santos e Costa (2011) retratam um pouco dessa problemática da aplicabilidade da lei em seu artigo Materiais didáticos a luz da lei 10.639/03: Por um Ensinar e Aprender uma Geografia Antirracista. Primeiramente, os autores buscam analisar e explicar, por via de um contexto histórico, sobre como foi surgida e foi se desdobrando a ideia de superioridade do continente europeu entre os séculos XV ao XIX no que tange à sua colonização do continente americano. Em seguida, mostram como a ciência geográfica é capaz de desvendar esses estereótipos e assim evitar tais atitudes, como também a racista, no que diz respeito ao ensino-aprendizagem dentro de sala de aula, afinal, o que se é analisado são os livros didáticos.

Os conceitos históricos ressaltados no artigo estão voltados a hierarquização das raças no período colonial em que a América encontrava-se, eram verdadeiros discursos eurocêtricos que falavam que as primeiras sociedades aqui presentes no espaço eram verdadeiros bárbaros, como enfatiza os autores

A suposta inferioridade racial se refletia na desqualificação das manifestações culturais e técnicas ameríndias e africanas. As “limitações cognitivas”, que eram associadas às suas aparências externas, impossibilitavam esses grupos humanos de, por si só, desenvolverem padrões de moral e valores justos, e avanços técnicos que fossem capazes de libertá-los do “anacronismo” em que se encontravam em relação à civilização europeia. (SANTOS e COSTA, 2011, p.26)



Esse discurso foi legitimado pela sociedade europeia em que a Espanha (como país colonizador) poderia doutrinar essas sociedades aqui já conviventes, impondo sua cultura a algo já definido. Eram verdadeiras doutrinas impostas, tudo o que já existia era negado e sobreposto outros costumes em relação a sua religiosidade, política e econômica. Entretanto, esses discursos do colonizador ao colonizado eram meramente interligados a exploração, pois esse viés econômico ao ponto de extrair riquezas da colônia com o objetivo de levar a Europa é que era o principal ou único motivo do qual o colonizador tinha a essas colônias, se fosse outros motivos em conjunto, o massacre ou matança eram argumentos para frear algumas ameaças por parte do colonizado (SANTOS e COSTA, 2011).

No que refere-se ao livro didático, é de suma importância esses livros no tocante a educação dentro de sala de aula, porém, o professor como mediador do conhecimento deve atentar quando utilizar essa ferramenta didática ao ponto de verificar se os livros não reproduzem uma educação racista, pois os livros tem o poder de aproximar o aluno a outras realidades. O papel do livro de geografia é saber de que forma o discurso epistemológico está inserido neste material. Dessa forma, vale ressaltar a estratégia em que os autores do artigo em questão seguiram para analisar a forma que é trabalhado temas que se referem ao sistema mundo/moderno/colonial capitalista em livros do ensino fundamental. Posteriormente analisaram três coleções de livros em diferentes anos letivos e estruturaram sua análise em três conceitos basilares: primeiro, à sua estrutura; segundo a sua imagem territorial e; por terceiro, a distribuição cromática dos tipos raciais. Vale ressaltar também que esses livros foram todos aprovados pelo PNLD de 2011.

Foi constatado a partir das análises dos autores Santos e Costa que, há uma diversificação entre os livros didáticos perante a temas referente a inferiorização, o primeiro critério usado pelos autores visão que existe uma certa diferenciação dos pais desenvolvidos e os subdesenvolvidos separando os conceitos naturais aos humanos. O segundo critério é visto certa hierarquia entre os continentes, pois os livros enaltecem os só os lados positivos de uns e só os lados negativos de outros, como se na Ásia (exemplo mencionado pelos autores) só existissem coisas boas e na África/América Latina existissem coisas ruins. E no último ponto, a partir das três coleções escolhidas a serem analisadas, os autores separaram a análise em duas etapas: primeiramente uma análise de fotos quantitativas e outras de cunho qualitativas. O resultado desse diagnostico está na predominância eurocêntrica e o que mais foi constatado

foram a maioria fotos de pessoas da raça branca, ou seja, não foi visto o mundo em sua totalidade heterogênea como ressaltam em sua pesquisa Cesar Santos e Raphael Costa.

Portanto, durante esse recorte temporal entre os séculos XV ao XIX deu motivo aos livros didáticos em geografia continuar a ideologia de inferioridade dos povos africanos/americanos como subdesenvolvidos, mas para isso, cabe aos usuários (processo ensino-aprendizagem entre professor e aluno) evitarem o racismo oculto que há nesses livros e constatarem que o verdadeiro motivo dessa “contribuição” da cultura europeia as demais localidades que foram colonizadas foi pelo motivo, apenas, de exploração.

Pinheiro (2016), em seu artigo “discursos sobre discriminação em livros didáticos de geografia” busca identificar as diferentes abordagens sobre manifestação do preconceito e práticas discriminatórias que são apresentadas em livros didáticos de geografia do ensino fundamental, o autor tem o livro didático como um dispositivo cultural, que mostra uma realidade muito próxima ao estudante, também deixa claro que os livros didáticos são marcados por discursos didáticos e pedagógicos, negociados e atrelados com discursos de ordem política e econômica.

Pinheiro faz uma análise a partir do livro de sétimo e oitavo ano do ensino fundamental, que ele denomina um como coleção A e o outro como coleção B, duas coleções diferentes para colher informações sobre as questões de racismo, xenofobia e discriminação de gênero, partindo da análise sobre quatro eixos principais o primeiro eixo é: o destaque para abordagem econômica nos processos de discriminação de gênero no mercado de trabalho; o segundo eixo é: o viés econômico e cultural sobre as migrações internas e internacionais, desconsiderando o papel dos preconceitos regionais e da xenofobia; o terceiro eixo é: o caráter historicista associado a abordagem da questão negra e indígena no Brasil; e o quarto eixo é: a identificação entre o racismo e as políticas associadas ao segregacionismo sócioespacial em países como a África do Sul e os Estados Unidos. Após a sua análise dos livros didáticos, conclui que os livros didáticos da coleção A se aproximam muito mais das realidades dos movimentos sociais, que os livros da coleção B, principalmente a questão do racismo, ele mostra através da pesquisa que a forma de abordagem dos temas é diferente, e mostra que a apresentação do tema se baseia em quatro formatos gráficos que foram identificados nos livros, como remete:



O texto principal (especialmente a coleção A); fotografias e suas legendas (especialmente coleção B); pequenos boxes explicativos; e textos de aprofundamento (em ambas as coleções). Uma exceção importante corresponde ao uso de gráficos para demonstrar a discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho. Em nenhum outro caso, dados quantitativos foram utilizados para demonstrar as desvantagens sociais e econômicas de um grupo social em decorrência de processos de discriminação e expostos sob o formato de gráficos ou tabelas. A mesma abordagem, por exemplo, não é realizada para demonstrar as desigualdades raciais existentes no Brasil, países da América Latina ou nos Estados Unidos, por exemplo. (PINHEIRO, 2016, p. 53).

O autor vê como necessário, o questionamento a forma de abordagens que se seguem no texto e deixa várias questões a serem respondidas, conclui mostrando que esse é um dos principais desafios ultimamente, relacionar a realidade do aluno a escola

Souza (2016) discute em seu Artigo “As relações Etnicorraciais na Geografia escolar: desafios metodológicos e pedagógicos” a questão étnico-racial no processo educativo a partir da Geografia. A autora analisa as abordagens das relações étnico-raciais no conteúdo programático da Geografia escolar e como são representadas essas relações e as africanizadas nos materiais didáticos.

A autora entende que a geografia escolar possui um grande potencial para tratar dessas questões, pois é uma área do conhecimento que está comprometida em compreender as relações do homem com o homem e do homem com a natureza a partir de recortes categóricos e assim possuindo grande influência na formação social dos alunos. Souza salienta:

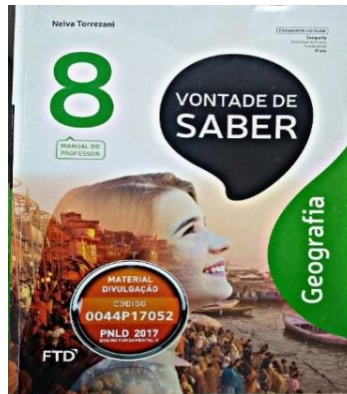
Os conteúdos da Geografia trabalhados em sala de aula, além de relacionar a natureza e as relações sociais, devem enfatizar os temas transversais como consumo, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, dentre outros. Para conseguir abordar todos os temas previstos e articulá-los entre si, o professor/a precisa contar com o auxílio de materiais didáticos que poderão criar situações em que os alunos progridam na aprendizagem sobre o mundo e sua vida. (2016, p. 15).

Porém as relações étnico raciais não são devidamente visibilizadas tanto na abordagem dos assuntos quanto nas suas representações e isso está diretamente ligado a uma carência na formação dos professores e em representações ainda pautadas na visão eurocêntrica.

METODOLOGIA

Os livros analisados para a pesquisa foram “Geografia: homem e espaço” do 9º ano 9º do ensino fundamental da editora Saraiva e “Vontade de saber” da editora FTD DO 8º ano. No primeiro a unidade utilizada foi a denominada de “África” a qual trata de diversas questões específicas do continente. Os capítulos utilizados foram 13 e 15 com 14 e 16 páginas respectivamente. No segundo foram utilizados os capítulos 7 e 8 com 34 e 29 páginas também respectivamente. A fim de delimitar a análise, a pesquisa se encaminhou a partir de três eixos:

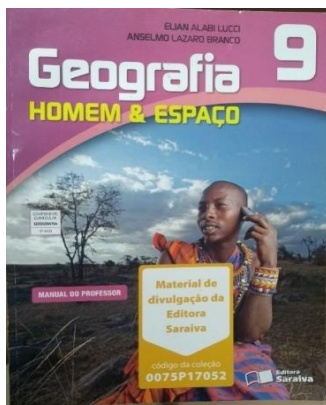
(1) A representação da África no que se refere sua importância para o mundo; (2) a abordagem dos diferentes povos em abordagem da África inserida acordo com a Lei 10.639/2003. objetos de observação, recortes facilitar a pesquisa chamaremos segundo B.



diferentes contextos (3) a nas relações etnicorraciais de Para isso escolhemos, os de textos e imagens. Para o primeiro livro citado de A e o

FIGURAS 1 E 2: CAPAS DOS

LIVROS GEOGRAFIA



HOMEM & ESPAÇO E

Fonte: Imagens capturadas pela equipe. Setembro, 2018.

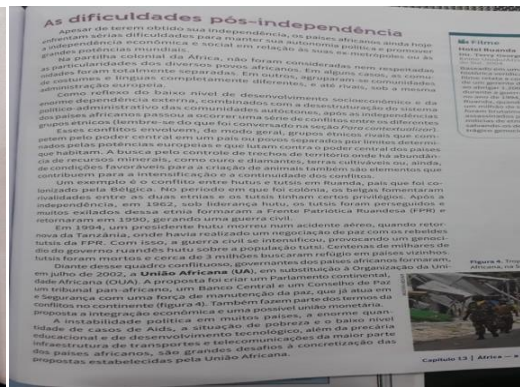
O uso dos livros didáticos de Geografia após a Lei 10.639/03.

Após a lei 10.639 os conteúdos sobre a África tornaram-se mais abrangentes, porém ainda existem muitos resquícios de uma visão que inferioriza o continente, ainda o retratando de forma bastante negativa. A elaboração desses materiais é feita por professores que ainda não possuem uma preparação adequada que contemple os requisitos da lei. Ao analisar as unidades dos livros A e B que tratam da África, verificamos a abordagem de diversos aspectos importantes da geografia, como elementos naturais e humanos que se relacionam e a partir dessas relações constrói o espaço geográfico. A construção desse espaço, ou do que é o continente hoje, segundo os livros está pautado a partir da exploração de seus recursos e de sua população (foto

3) gerando diversos conflitos internos e externos (foto 4), propagando uma visão da África a partir da corrente historiográfica da inferiorização da África.

FIGURA 3: CONTINENTE VOLTADO EXPLORAÇÃO DE RECURSOS FIGURA

FIGURA 4: CONFLITOS INTERNOS

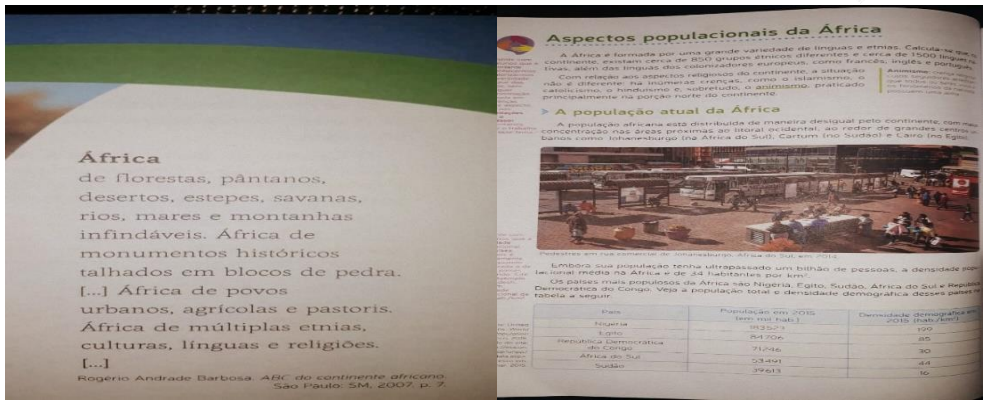


Fonte: Imagens capturadas pela equipe. Setembro, 2018.

O livro B atende melhor os requisitos da lei 10.639/03 do que o livro A. O segundo, apesar de possuir diversas imagens negativas, apresenta muitas questões positivas do continente (foto 5). Já o primeiro focaliza sua atenção para aspectos negativos (foto 6). Sendo um dos critérios do PNLN, a abordagem positiva que promova a imagem afrodescendente e a cultura afro-brasileira.

FIGURA 5: POEMA SOBRE A ÁFRICA

FIGURA 6: ATENÇÃO NEGATIVA

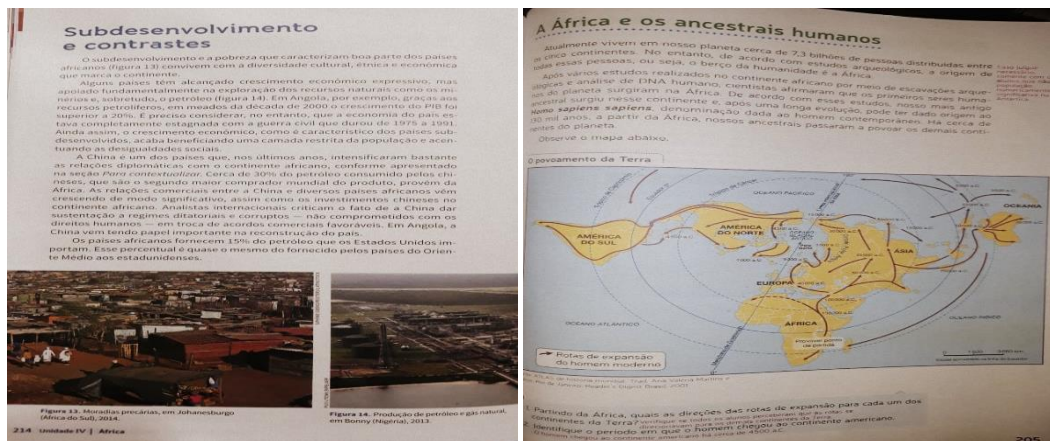


Fonte: Imagens capturadas pela equipe. Setembro, 2018.

No livro A foram vistas a predominância de fotos que mostram a realidade pobre de certas regiões do continente, isso se assemelha também durante alguns recortes textuais (foto 7). Já no livro B, podemos diferenciá-lo em alguns aspectos em relação ao livro A por ele tratar o continente temas mais amplos como foram surgindo as migrações no continente através de imagens, abordando nos textos a questão da ancestralidade dos povos africanos (foto 8)etc., mas em certas páginas do livro, mesmo quando estavam mostrando imagens positivas, vimos que foram publicadas algumas delas de forma negativa onde não havia necessidade de estarem ali, dando a entender que o livro tinha objetivo de mostrar o contraste entre ambas.

FIGURA 7: CONTRASTES DE REGIÕES PRECÁRIAS DA ÁFRICA

FIGURA 8: MAPA ENFATIZANDO MIGRAÇÕES DE POVOS PASSADOS



Fonte: Imagens capturadas pela equipe. Setembro, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A partir da implementação da lei, a abordagem da história e cultura afro-brasileira é mais frequente nos conteúdos geográficos representados no livro didático, entretanto, observa-se que ainda há um longo caminho a percorrer para que a lei se efetive de fato no ambiente escolar, pois as representações da África ainda estão muito atreladas a uma visão negativa. Sendo um dos requisitos da lei representações positivas no que se refere à história dos afrodescendentes. além disso, nota-se que assuntos como preconceito e discriminação racial ainda são pouco citados nos livros. A maior visibilidade desses temas possibilitaria a contribuição de uma sociedade mais justa e igualitária que é um dos objetivos da lei 10.639/03. A partir da disciplina EREER foi possível a realização da análise dos livros didáticos de Geografia, constatando que o continente africano é importante para as relações do mundo, apenas em aspectos econômicos, como fornecedor de recursos naturais, desconsiderando diversos aspectos sociais e culturais que tiveram grande influência nas relações dos outros continentes do mundo. Portanto, a disciplina EREER nos possibilita, enquanto futuros docentes identificar aspectos ocultados dos livros didáticos e tentar criar novas metodologias de ensino que tornem possível demonstrar a realidade dos fatos. Por meio da análise dos livros, nota-se a partir das figuras e recortes de textos que se enfatiza a visão eurocêntrica do continente africano, propagando um discurso único que enaltece elementos negativos da África como acúmulos de lixo, analogias à escravidão, moradias precárias e poluição. Aspectos positivos como o fato de o continente ter sido o berço da humanidade, são invisibilizados. Concluímos, dessa forma, que a produção dos livros didáticos ainda está embasada na corrente historiográfica que inferioriza a África. Portanto, a abordagem da África no livro didático ainda não se enquadra nos requisitos da lei 10.639/03 que visa uma representação positiva da história da África. O livro didático corrobora com o senso comum existente, o que leva muitas pessoas a pensarem até hoje que a África é um país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Conselho Nacional De Educação. Conselho Pleno. Parecer nº. CNE/CP 003/2004, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

----- Conselho Pleno. Resolução nº. CNE/CP 001/2004, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.



_____. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. 2011.

_____. Lei nº 10.639, de 09.01.03: altera a lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Africana”. Brasília. 2004.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações raciais no Brasil uma Breve Discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03 / SECAD: Brasília: 2005. P. 39-61

MALAVOTA, Claudia Mortari. A Invenção da África. Introdução aos Estudos Africanos em Diáspora. <http://www.moodle.udesc.br/course/view.php?id=517>- 2011.

PINHEIRO, Pedro Bernardes. Discursos sobre discriminação em livros didáticos de geografia: algumas reflexões. Revista de Geografia do Colégio Pedro II, v. 3, n. 5, p. 43-56, 2017.

SANTOS, Cesar Augusto Caldas & COSTA. Raphael Luiz Silva da Costa. Materiais Didáticos à Luz da Lei 10.639/03: Por Um Ensinar e Aprender uma Geografia Anti-Racista. Rio de Janeiro: Revista Tamoios, ano VII. Nº 1, 2011, p25-36.